

上訴案第 650/2017 號

上訴人：A (A)

B 保險(澳門)股份有限公司

(Companhia de Seguros da B (Macau) S.A.)

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

一、案情敘述

澳門特別行政區檢察院控告嫌犯 A 是直接正犯，其既遂之行為因不遵守《道路交通法》第 32 條第 1 款第 1 項所規定義務而觸犯了《刑法典》第 142 條第 3 款結合《道路交通法》第 93 條第 1 款、第 94 條第 1 款之規定，構成一項過失嚴重傷害身體完整性罪，並請求初級法院以合議庭普通訴訟程序對其進行審理。

被害人 C(民事請求人)針對 B 保險(澳門)股份有限公司(民事被請求人)提出了民事賠償請求(載於卷宗第 81 頁至第 90 頁背頁)，並請求賠償：1) 醫療費用；2) 工資損失；3) 母親照顧的費用；4) 非財產損害等。

被害人 C(民事請求人)提出擴大民事賠償請求(載於卷宗第 253 頁至第 258 頁)，請求追加以下賠償：1) 醫療費用；2) 工資損失；3) 非財產損害等。

民事被請求人(B 保險(澳門)股份有限公司)提交了(民事)答辯狀(載於卷宗第 204 頁至第 209 頁，相關內容在此視為完全轉錄)。

當中，被請求人就(民事)起訴狀的事實提出了爭執。

民事被請求人(B 保險(澳門)股份有限公司)針對擴大的請求提交了書面的答辯狀(載於卷宗第 323 頁至第 325 頁，相關內容在此視為完全轉錄)。

當中，被請求人就(民事)擴大請求之金額提出了爭執。

初級法院刑事法庭的合議庭在第 CR2-16-0176-PCC 號案件中，經過庭審，最後作出了以下的判決：

1. 嫌犯 A 作為直接正犯，其既遂及過失的行為已構成：

《澳門刑法典》第 142 條第 3 款(配合同一法典第 138 條 c 項)及《道路交通法》第 93 條第 1 款所規定的一項「過失嚴重傷害身體完整性罪」，判處 1 年 6 個月的實際徒刑。

作為附加刑，禁止嫌犯駕駛為期 1 年(實際執行徒刑之期間不計算在內)。

為着執行附加刑的效力，倘若判決轉為確定，嫌犯須於判決確定後 10 日內(實際執行徒刑之期間不計算在內)將所有駕駛文件交予治安警察局(交通部)，否則將構成「違令罪」(第 3/2007 號法律所核准的《道路交通法》第 121 條第 7 款及第 143 條)。

並提醒嫌犯如其在禁止駕駛期間駕駛，可構成「加重違令罪」(第 3/2007 號法律所核准的《道路交通法》第 92 條)。

2. 判處民事被請求人(B 保險(澳門)股份有限公司)支付民事請求人(C)澳門幣 3,021,834.60 元，作為民事請求人的財產及非財產損害賠償，以及由判決作出之日起計直至完全支付為止的法定利息；駁回其他民事賠償請求。

嫌犯 A 不服判決，向本院提起上訴。¹

¹ 其葡文內容如下：

而民事被請求人 B 保險(澳門)股份有限公司亦不服判決, 向本院提起上訴。²

-
1. O presente recurso penal ordinário vem interposto do acórdão condenatório proferido nestes autos em 25 de Abril de 2017 que condenou o recorrente pela prática de 1 crime de ofensa à integridade física por negligência, na pena de prisão de 1 ano e 6 meses, e na pena acessória de inibição de condução por 1 ano, em custas e demais encargos.
 2. Entendo o recorrente que as penas principal e acessória pecam por severidade em demasia, e, portanto, desconformes à lei.
 3. Com efeito, por um lado, considerando a primo-delinquência, impecável carreira ao longo dos anos com atribuição de menção de mérito e louvor, os 63 anos de idade,
 4. E, por outro, considerando o facto de a ofendida nos momentos anteriores à travessia da faixa de rodagem, e no momento em que a mesma já se encontrava na passagem para peões (“zebra”) mas antes de iniciar a travessia ainda tinha o seu telemóvel na mão e com a sua atenção exclusivamente votada ao mesmo telemóvel, o que é indiciador de uma desatenção por parte da peã e os momentos em que a mesma esteve imobilizada antes de iniciar a sua travessa pela passagem para peões.
 5. Devidamente avaliados esses factos, atento às condições pessoais (condutor profissional, único sustento da família e a situação económica do recorrente, deveria ter sido aplicado ao recorrente uma pena de prisão de 14 meses, suspensa na sua execução pelo período de 4 anos.
 6. Agindo diversamente, o acórdão recorrido, nessa parte, violou a lei, s normas contidas no artigo 65º, nºs 1 e 2, alíneas a), c) e d) do Código Penal de Macau.
 - e
 7. Considerando a confissão integral e sem reserva assumida, o recorrente ser condutor profissional e único sustento da família.
 8. Numa melhor visão e avaliação dos factos, o facto de o recorrente ser condutor profissional, deveria ter-lhe sido imposta numa pena acessória de inibição de condução por 1 ano, suspensa na sua execução pelo período de 2 anos, atento ao disposto no artigo 109º, nº 1, da Lei do Trânsito Rodoviário, aprovado pela Lei nº 3/2007.
 9. Agindo diversamente, o acórdão recorrido, nessa parte, violou a lei, as normas contidas no artigo 65º, nºs 1 e 2, alíneas a), c) e d) do Código Penal de Macau, e o disposto no artigo 109º, nº 1, da referida Lei nº 3/2007.

Nestes termos, nos melhores de Direito, com o sempre mui douto suprimento de V. Exias., deve o presente recurso ser admitido e, a final, ser julgado procedente, por provado, pela verificação efectiva das violações legais acima referidas nas conclusões, e, em consequência:

- a) Ser o recorrente condenado pelo cometimento de um crime de ofensa à integridade física por negligência, na pena de prisão de 14 meses, suspensa na sua execução por 4 anos; e,
- b) Ser o recorrente condenado no mesmo crime numa pena acessória de inibição de condução por 1 ano, suspensa na sua execução por 2 anos.

² 其葡文內容如下:

1. Vem o presente recurso interposto do douto Acórdão que decidiu condenar a Demandada Seguradora, ora Recorrente, no pagamento à Demandante de uma indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais no montante total de MOP\$3,021,834.60 (três milhões e vinte

e uma mil e oitocentas e trinta e quatro patacas e sessenta avos), circunscrevendo o seu recurso às matérias da perda dos salários futuros, no montante de MOP\$1,774,080.00 (um milhão e setecentas e setenta e quatro mil e oitenta patacas) e dos danos não patrimoniais no montante de MOP\$1,000,000.00 (um milhão de patacas), por não se poder conformar com os elevados e exagerados montantes atribuído a esses títulos.

2. Entende a Recorrente que o montante de MOP\$1,774,080.00 arbitrado a título de compensação pelo IPP de 35% é demasiado elevado, uma vez que, o Tribunal a quo, após o cálculo da perda do salário, apurou a quantia de MO\$2,217,600.00.
3. No entanto, considerando que a indemnização será paga de uma só vez, e em conformidade com o Parecer do Tribunal de Segunda Instância de Macau, aplicou o coeficiente de 0,8, resultando, assim, o montante de MOP\$1,774,080.00.
4. Entende a ora Recorrente que o coeficiente aplicado de 0.8 é demasiado alto, tendo em conta todos os factos relevantes para tal aplicação.
5. Nomeadamente, pelo facto de a Sinistrada ter 44 anos de perda de salários, o que faz com que, receba de uma só vez, no presente, uma quantia que apenas receberia ao longo dos próximos 44 anos, beneficiando, assim, os juros e o factor de prejuízo pela inflação.
6. A ora Recorrente entende que tal coeficiente possa ser aplicado em casos similares mas em que o número de anos seja bem inferior ao do caso em apreço, pois, para a contagem desta indemnização, a lei não prevê qualquer fórmula e a jurisprudência e a doutrina têm vindo a adoptar várias fórmula de contagem, mas o resultado por esta não se pode deixar de ser revista ao abrigo da regra de equidade.
7. Assim, no caso concreto, e não obstante a ora Recorrente entender que a indemnização a este título seja arbitrada de acordo com a equidade, discordando a Recorrente da aplicação de um coeficiente de um valor tão elevado, devendo ser aplicado para tal cálculo um coeficiente de 0.6 para o apuramento do valor final indemnizatório respectivo, por se mostrar o mais adequado, tendo em conta o elevado período a que se reporta a perda de salários.
8. Deverá ser revogada e substituída por outra que arbitre à ora Recorrida uma indemnização pela de salário decorrente de uma IPP de 35% calculada com o coeficiente de 0.6, ao invés do coeficiente de 0.8 aplicado pelo douto Tribunal a quo.
9. Entende, igualmente a Recorrente que o montante de indemnização por danos não patrimoniais supra referidos, arbitrado é desajustado e elevado.
10. Se se atentar ao prescrito no artigo 489º do Código Civil, com referência aos artigos 487º e 488º do mesmo Diploma, à matéria de facto provada e aos valores constantes na jurisprudência da RAEM, para situações semelhantes, salvo o devido respeito, não pode deixar de concluir-se de outra forma.
11. Já se vê, pelos factos dados como provados, que há danos não patrimoniais que urge ressarcir, não se colocando em causa o seu pagamento, mas a verdade é que o valor atribuído a esses danos terá de ser aferido e consentâneo com os critérios definidos legalmente, de modo a ajustá-los com os valores ponderados e usualmente aceites pela jurisprudência.
12. O Tribunal a quo fixou a indemnização pelos danos não patrimoniais causados ao Demandante no valor de MOP\$1,000,000.00 (um milhão de patacas), valor que a ora Recorrente considera manifestamente excessivo.
13. Sendo certo que sofreu danos, decorrendo dos mesmos dores e sofrimento, os quais deverão ser indemnizados.
14. Resultou do relatório médico que a Demandante ficou com uma IPP de 35%, a qual é elevada, mas cujo ressarcimento já foi arbitrado no montante acima recorrido.
15. Não justificando a atribuição de um valor tão elevado a título de danos não patrimoniais.

-
16. Se é certo e inquestionável que tenha havido sofrimento do Demandante com o acidente melhor descrito nos autos, não restam dúvidas de que tais danos, pela sua natureza, merecem a tutela do direito.
 17. Sucede porém que a decisão recorrida não tomou em atenção na avaliação de tais danos os critérios previstos no artigo 494º do Código Civil. Diz-nos o referido preceito legal que “Quando a responsabilidade se fundar em mera culpa, poderá a indemnização ser fixada equitativamente, em montante inferior ao que corresponderia aos danos causados, desde que o grau de culpabilidade do agente, a situação económica deste e do lesado e demais circunstâncias do caso o justifiquem.”
 18. Salvo o devido respeito por opinião contrária, entende a recorrente que no caso em apreço, a quantia arbitrada a título de danos não patrimoniais é excessiva, desajustada e desequilibrada, a uma compensação pelos danos sofridos.
 19. Pelo que, entende a Recorrente, que a decisão do Tribunal “a quo” afastou-se do princípio de equidade previsto no artigo 487º e nº 3 do artigo 489º, do Código Civil, violando as suas disposições. Uma vez que, os valores arbitrados a título de indemnização por danos não patrimoniais não se consideram proporcionalmente enquadrados tendo em consideração os factos dados como provados.
 20. Segundo Mota Pinto, os interesses cuja lesão desencadeia um dano não patrimonial são infungíveis; não podem ser reintegrados mesmo por equivalente. Mas é possível, em certa medida, contrabalançar o dano, compensá-lo mediante satisfações derivadas da utilização. Não se trata, portanto, de atribuir ao lesado um “preço de dor” ou um “preço de sangue”, mas de lhe proporcionar uma satisfação em virtude da aptidão do dinheiro para propiciar a realização de uma ampla gama de interesses, na qual se podem incluir mesmo interesses de ordem refinadamente ideal.
 21. Razão pela qual a Recorrente não entende justificado o extravasamento por parte do Tribunal “a quo”, aos princípios de equidade na decisão recorrida, no que concerne à parcela indemnizatória fixada em relação aos danos não patrimoniais no valor de MOP\$1,000,000.00 (um milhão de patacas) à Ofendida.
 22. As circunstâncias referidas no artigo 487º, ex vi artigo 489º, ambos do mesmo Diploma são. “... o grau de culpabilidade do agente, a situação económica deste e do lesado e as demais circunstâncias do caso...”.
 23. O montante de indemnização há-de ser proporcional à gravidade do dano, devendo ter-se em conta na sua fixação todas as regras de boa prudência, de bom senso prático, de justa medida das coisas, de criteriosa ponderação das realidades da vida, e tudo ponderado, resulta, salvo o devido respeito, que a indemnização de MOP\$1,000,000.00 (um milhão de patacas), a título de danos não patrimoniais atribuída ao Demandante é excessiva.
 24. Não se colocando, nunca, em causa o sofrimento que o mesmo teve com o acidente.
 25. Em Acórdão do Douto Tribunal de Segunda Instância (Acórdão nº 191/2002 datado de 25/09/2003, já acima citado) foi decidido que “Na fixação da indemnização pelos danos não patrimoniais, cabe ao Tribunal em cada caso concreto dizer se o dano é ou não merecedor da tutela jurídica, por forma de fixar o montante da reparação, proporcional à gravidade do dano, devendo ter-se em conta na sua fixação todas as regras de boa prudência, de bom senso prático, de justa medida das coisas, de criteriosa ponderação das realidades da vida”.
 26. Em Acórdão do Douto Tribunal de Segunda Instância (Acórdão nº 767/2010 datado de 20/03/2014), foi arbitrada a quantia de MOP\$350,000.00 a título de indemnização por danos morais, sendo que no referido processo, o sinistrado ficou com uma IPP de 22%.
 27. Motivo pelo qual, entendemos que tal decisão deverá ser revogada e substituída por outra que arbitre ao ora Recorrido uma indemnização pelos danos morais sofridos com acidente

檢察院就上訴人所提出的上訴作出答覆，其內容如下：

1. 根據卷宗調查所得的證據，經作出綜合的分析後，原審法庭考慮到嫌犯的聲明，結合證人的證言及卷宗的資料，庭審期間播放了現場的錄影光碟，其中拍攝了碰撞的經過；雖然從影像當中未能確定被害人是否低頭看著手提電話，但被害人當時在斑馬線上橫過馬路，嫌犯也目睹被害人正在準備橫過馬路，從錄影影像所見，嫌犯並未有停車讓行人（被害人）橫過馬路，反而繼續向前行駛；因此，嫌犯明顯違反了小心謹慎駕駛的義務，導致是次交通事故，嫌犯應為事件負上全部責任（嫌犯為唯一的過錯責任人）。
2. 卷宗第 61 頁載有被害人的傷勢檢驗報告，當中所檢見的傷勢與控訴書描述相符。基於此，原審法庭認為證據充分且足夠，足以認定嫌犯實施了被指控的事實。
3. 根據有關既證事實，嫌犯 A 在自由及自願的情況下，由於不遵守作為駕駛員應當清楚知道的有關交通規章，違背其應遵守之義務，在接近人行橫道時未將車速放緩，以致無法停車避讓在此正常穿越馬路的被害人，並因而撞及被害人，雖然嫌犯不希望該結果發生，但其行為仍然直接導致被害人身體完整性受到嚴重傷害，嫌犯清楚知悉其行為是法律所不容及受法律制裁。
4. 因此，嫌犯是直接正犯，其既遂及過失的行為，已觸犯了《澳門刑法典》第 142 條第 3 款（配合同一法典第 138 條 c）項）、《道路交通安全法》第 93 條第 1 款及第 94 條第 1 款所規定的一項過失嚴重傷害身體完整性罪，判處罪名成立。
5. 根據嫌犯的犯罪記錄，雖然嫌犯屬初犯，但原審法庭考慮到意外對被害人的身體完整性造成嚴重傷害，被害人被鑑定存在 35% 的傷殘率；因此，本院認為採用非剝奪自由的刑罰，即罰

melhor descrito nos presentes autos, em um valor não superior a MOP\$500,000.00 (quinhentas mil patacas).

金，並不足以達到處罰的目的，故須採用剝奪自由的刑罰，即徒刑。

6. 在具體的量刑方面，根據《澳門刑法典》第 46 條及第 65 條規定，法院得考慮行為人的罪過和預防犯罪的要求，以及不屬罪狀的加重或減輕情況，尤其是：犯罪事實的不法程度、實施的犯罪事實的方式、犯罪事實所造成的後果、犯罪的故意程度、犯罪時行為人的情緒狀態、犯罪的目的或動機、嫌犯的個人及經濟狀況和犯罪前後的表現等。
7. 考慮到本案犯罪事實的不法程度屬較高、嫌犯犯罪的過失程度甚高，以及考慮了與本案有關的其他情節。綜上，原審法庭針對嫌犯所觸犯的一項過失嚴重傷害身體完整性罪，判處 1 年 6 個月徒刑是恰當的，沒有過重。
8. 原審法庭考慮到嫌犯犯罪前後的表現、犯罪的情節，雖然嫌犯屬於初犯，但嫌犯身為職業司機，在駕駛重型車輛時仍如此輕率，並在斑馬線上撞及被害人，導致其身體嚴重受傷，令被害人目前的智力僅相對於 12 歲的兒童(卷宗第 356 頁及其後的鑑定報告)，被害人年輕的人生因此而被改徹底的改變；另一方面，本澳目前普遍的駕駛安全意識低弱，交通道路的亂像令社會警號長鳴；因此，無論從一般預防還是特別預防的考慮，原審法庭認為僅對事實作譴責並以監禁作威嚇未能適當及不足以實現處罰之目的，故須實際執行對嫌犯所判處的徒刑（《澳門刑法典》第 48 條）。
9. 作為附加刑，原審法庭禁止嫌犯駕駛為期 1 年，雖然嫌犯為職業司機，但考慮到其輕率的駕駛態度，原審法庭認為不應暫緩執行有關的附加刑也是恰當的（實際執行徒刑的期間不計算在內）。
10. 因此，原審法庭對上訴人作出量刑時沒有違反《刑法典》第 65 條第 1 款及第 2 款 a), c), d) 項，該量刑沒有超逾上訴人作出事實時之罪過，即原審法庭的裁判已非過重，而是依照澳門刑法

定在有關犯罪刑幅適中準線。同時，被上訴判決亦沒有違反第 3/2007 號法律（道路交通法）第 109 號第 1 款的規定。

基於此，檢察院建議判處上訴人上訴理由不成立，應予駁回，並維持原審法庭的決定。

民事請求人 C 就上訴人所提出的上訴作出答覆，其內容如下：

1. 民事請求人不認同上訴人提出之全部上訴依據，並認為應維持原審法院的決定。
2. 在本案中，民事請求人因是次交通意外而造成腦部受創，使其智力受到損害，成為智力低下的病人，並評定出長期部分無能力 35%，其現在智力能力若等於 12 歲左右兒童，且意外後至今，民事請求人一直無法工作，亦難以自立，需要由其母親及其胞妹輪流照顧。
3. 發生意外時，民事請求人年僅 19 歲，剛踏足社會自力更生，她將來的賺錢能力絕不限於月薪澳門幣 12,000 元；絕對有條件及有能力爭取向上流動，賺取更多的收入，故即使一次性收取賠償金的效應，同時亦會受到工資隨著經濟發展而水漲船高的情況所中和和抵消，故根據衡平原則，有關之賠償金應無須任出任何扣減。
4. 原審法院以民事請求人在意外發生前獲證實的工作收入每月澳門幣 12,000 元，並結合長期部分無能力 35%，所計算每月的賠償基準僅與政府規定現時 1 名家團成員最低維生指數相約。
5. 另一方面，經參考目前其中本澳兩家銀行的定期存款年利率計算，即使一次性收取澳門幣 1,774,080 元，民事請求人所得之賠償本金加上 44 年間之存款利息，亦低於民事請求人的長期部分無能力 35%以工作至 65 歲為標準計得的總額澳門幣 2,217,600 元。
6. 由此可見，考慮上述各項因素後，尤其是因屬一次性賠償、計

算賠償的年數、受惠的金額及利息的情況，原審法庭定出以 0.8 的折算率作為該賠償的必要扣除屬合理，且沒有下調空間，故應駁回上訴人提出之百分之六十（60%）的折算率。

7. 關於精神損害賠償方面，《民法典》第 489 條規定，損害賠償的金額，由法院按衡平原則定出，而在任何情況下，均須考慮第 487 條所指的“責任因過失而生者，得按衡平原則以低生損害的金額定出損害賠償，只要按行為人的過錯程度、行為人與受害人的經濟狀況及有關事件的其他情況認為此屬合理者”的情況。
8. 不論嫌犯如何辯稱，但被害人當時在斑馬線上橫過馬路，嫌犯也目睹被害人正在準備橫過馬路，從錄影影像所見，嫌犯並未有停車讓行人（被害人）橫過馬路，反而繼續向前行駛，而證人 D 亦明確指出“當時目睹被害人被巴士撞到，但沒有看見被害人拿著手提電話，證人認為當時巴士的車速偏快”，由此可見嫌犯之過錯程度甚高。
9. 民事請求人在意外時年僅 19 歲，且當時民事請求人正使用斑馬線橫過馬路，就是因為嫌犯在駕駛重型車輛時如此輕率導致本意外，使民事請求人受到痛楚，並令其產生負面情緒及造成生活上的不便、記憶力變差，並出現無法認路的情況，其目前的智力僅相等於 12 歲的兒童，徹底改變及催毀了民事請求人年輕的人生！
10. 值得一提的是，意外受傷所引致之情緒問題及精神損害實在不容忽視，上訴人因意外後之情緒問題曾多次出現自殺念頭，出院後至今亦需要持續接受神經外科及精神病科治療，而早前在本澳發生了一名 25 歲的青少年因今年三月發生交通意外受傷後出現失眠等後遺症而自殺身亡的個案。（參見文件一）。
11. 原審法院仔細考慮載於卷宗內的所有的證據、本案的情節及一切應考量的因素，考慮到是次意外對民事請求人所造成的傷勢，結合卷宗的醫學鑑定報告結果，按照適度原則及合法性原

則，結合衡平原則而作出裁定的。

12. 即使民事請求人因是次意外造成的長期部分無能力相關的損失獲得賠償，亦不妨礙原審法院在為非財產損害賠償訂定具體金額時再次考慮醫學鑑定報告結果，而鑑定報告之結果及當中之內容亦不僅限於訂定傷殘率。
13. 鑑於本案的民事請求人所遭受的非財產損害相當嚴重，被上訴裁判是經原審法自由心證評價所有相關證據及考慮了本案的具體情節後按照衡平原則定出澳門幣 1,000,000 元之非財產損害賠償，該金額並沒有明顯過高，也沒有下調的空間，因而被上訴裁判應予以維持。

請求，承上所述，以及有賴尊敬的中級法院合議庭諸位法官閣下對法律理解的高見，由於上訴人的上訴缺乏理據，該上訴應無可避免地被駁回或被判處不獲得直，並完全確認原審法庭所作之合議庭裁判，並懇請法庭一如既往地作出公正裁判！

駐本院助理檢察長提出了法律意見書，認為應裁定上訴人 A 所提出的上訴理由部份成立，應根據《刑法典》第 48 條之規定判處上訴人 A 不低於 4 年暫緩執行被判處之徒刑。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

案件經庭審辯論後查明以下已證事實：

- 2014 年 10 月 10 日早上約八時八分嫌犯 A 駕駛 MP-XX-XX 號重型汽車(屬“E 巴士公司”巴士)沿高美士街往馬六甲街方向行駛。

- 當嫌犯行駛至上述馬路第 148 號門牌對開路面時，因違反交通規則未以適當速度行駛，以致無法將其所駕巴士及時停下避讓在此沿斑馬線橫過高美士街的行人 C（被害人）而將被害人撞倒在地。
- 被害人當時正由嫌犯行車方向自左向右橫過馬路。
- 被害人稍後被送至仁伯爵綜合醫院救治，經查，此次意外直接導致被害人雙側額顳葉腦挫傷、腦蛛網膜下腔出血、創傷後繼發部分記憶缺失，左眼視力減弱，該損傷使其有生命危險，對其身體完整性造成了嚴重傷害（見卷宗第 61 頁之臨床法醫學鑑定書）。
- 上述意外完全是由於嫌犯不遵守作為駕駛員應當清楚知道的有關交通規章，違背其應遵守之義務，在接近人行橫道時未將車速放慢，以致無法停車避讓在此正常越馬路的行人所造成的，雖然嫌犯不希望該結果發生，但其行為仍然直接導致他人身體完整性受到嚴重傷害。
- 交通意外發生時天晴，路面乾爽，交通流量正常。
- 嫌犯清楚知道其行為是法律所禁止，會受到相應的制裁。

此外，還查明：

- 嫌犯表示具有初中畢業的學歷，巴士司機，每月收入為澳門幣 18,000 元，與沒有工作的妻子育有三名子女，子女們均已工作。
- 根據嫌犯的最新刑事記錄顯示，嫌犯屬於初犯。
- 民事請求部分還查明：
 - 1) 案發時，被害人所處的位置在嫌犯的視線範圍之內。
 - 2) 嫌犯駛至第 148 號門牌對開馬路時，嫌犯清楚知道前方設有一人行橫道，且當時有一名行人（即被害人）正打算沿上述人行橫道橫過馬路。
 - 3) 嫌犯已自願繳納了是次違例的罰款（卷宗第 27 頁）。

- 4) 事故發生之日，嫌犯所駕駛之重型汽車（車牌編號 MP-XX-XX）（E 巴士）已向民事被請求人購買了民事責任保險，保單編號為 MTV-14-XXXXXX E0/R1 N 號，每起事故最高賠償保額為澳門幣 31,000,00 元(卷宗第 210 頁)。
- 5) 被害人因是次交通意外在 2014 年 10 月 10 日至 2014 年 11 月 28 日於澳門仁伯爵綜合醫院接受住院治療，醫療費用合共為澳門幣 47,037 元，被害人目前仍未支付該項費用。
- 6) 被害人於 2014 年 11 月 28 日出院，但仍需接受門診治療，並已花費澳門幣 1,381 元。
- 7) 出院後，被害人需要服用藥物，有部分藥物需要被害人自行購買，因此合共花費了澳門幣 3,742 元。
- 8) 出院後，被害人須留在家中休養，不能工作，醫生開具了病假證明（2014 年 11 月 28 日至 2015 年 4 月 23 日、2015 年 5 月 7 日至 2015 年 7 月 2 日、2015 年 7 月 9 日至 2016 年 2 月 21 日、2016 年 2 月 22 日至 2016 年 5 月 4 日）。
- 9) 交通意外前，被害人在 F 桑拿有限公司任職收銀員，每月薪金為澳門幣 12,000 元。
- 10) 2014 年 10 月 10 日交通意外發生時起至 2015 年 8 月 7 日，被害人因是次意外無法工作，因而向公司申請無薪假停薪留職。
- 11) 意外後，由於被害人一直無法工作，其公司於 2015 年 8 月 8 日要求被害人離職。
- 12) 被害人因是次交通意外而受到痛楚，並令其產生負面情緒及造成生活上的不便。
- 13) 被害人被撞及後出現昏迷的情況。
- 14) 2014 年 10 月 10 日至 2014 年 10 月 21 日，被害人被轉至深切治療部接受治療。
- 15) 被害人合共昏迷了 7 天。

- 16) 2014 年 10 月 22 日，被害人的病情轉為穩定，並被轉至神經外科病房繼續接受治療。
- 17) 被害人的身體多處受傷，並留有疤痕。
- 18) 被害人因頭部受到撞擊，致使其記憶力變差，並出現無法認路的情況，情緒也因而變差，更曾出現自殺的念頭。
- 19) 被害人於 1995 年 10 月 12 日出生。
- 20) 被害人於 2014 年 11 月 7 日收取了由被請求人[B 保險(澳門)股份有限公司]所支付的澳門幣 50,000 元的賠償。
- 21) 被害人仍需要到仁伯爵綜合醫院神經外科門診及精神病科門診接受診治。
- 22) 被害人至今仍未康復，除上述醫療費用外，再引致了澳門幣 2,512 元的費用。
- 23) 除上述藥物費用外，在醫生處方下，被害人再花費了澳門幣 1,319.60 元購買藥物。
- 24) 被害人因意外而對其所造成的暫時絕對無能力期間合共 732 天(2014 年 10 月 11 日至 2016 年 10 月 11 日)(第 230 頁至第 232 頁)。
- 25) 醫生再為被害人開具了病假證明(2016 年 5 月 5 日至 2017 年 2 月 21 日)。
- 26) 被害人被評定存在 35%的長期部分無能力(卷宗第 356 頁及其後的鑑定報告內容在此視為完全轉錄)。
- 27) 意外前，被害人能勝任其在原公司所擔任的工作。

未能證明的事實：

(刑事部份)：沒有。

(民事部份)：

- 在醫生建議下，被害人因是次意外而必須購買中藥協助治療。
- 基於是次意外，被害人必須接受中醫治療。

- 被害人每月向其母親（G）支付澳門幣 6,000 元的報酬，以作為照顧被害人的費用。
- 民事請求狀及民事答辯狀中與上述已證事實不符的其他事實。

三、法律部份

本上訴程序包括了兩個上訴，一個是嫌犯對原審法院的有罪判決提起的上訴，一個是民事被請求人保險公司對民事賠償的判決部分提起的上訴。

嫌犯在其上訴理由中，認為原審法院裁判處以一年六個月的實際徒刑過重，主張應判處 14 個月徒刑，緩刑 4 年；又指責被上訴的合議庭在附加刑的量刑上，欠缺考慮上訴人 A 的職業為司機，認為應該考慮對附加刑予以緩期執行。

我們看看。

1、量刑

在一般的量刑方面，法律賦予了法院在依照刑法典第 65 條所規定的量刑標準時有在法定的刑幅之內選擇一合適的刑罰的自由，上訴法院的介入應該僅限於法院的量刑決定明顯罪刑不相稱或者刑罰不當的情況。

在本案中，上訴人被判處觸犯 1 項《刑法典》第 142 條第 3 款配合同一法典第 138 條 c 項，以及第 3/2007 號法律（《道路交通法典》）第 93 條第 1 款所規定及處罰之「過失嚴重傷害身體完整性罪」，最高刑幅為 3 年徒刑或科罰金。原審法院在考慮了行為人的過錯及刑事預防目的之要求、行為的不法程度、實施方式、後果的嚴重性、應負義務的違反程度等情節後，尤其是具體考慮到上訴人在斑馬線前沒有減慢車速甚至停車的情節，決定判處上訴人 A 以 1 年 6 個月的徒刑的，這與上訴人面對交通規則時所採取的放任和不注意態度所應備受譴責的程度以及與造成行人重傷的行為的過失的程度相適應，該刑罰沒有任何過重之夷。

至於緩刑，我們再看看。

《刑法典》第 48 條規定了緩刑的前提：

“一、經考慮行為人之人格、生活狀況、犯罪前後之行為及犯罪之情節，認為僅對事實作譴責並以監禁作威嚇可適當及足以實現處罰之目的者，法院得將科處不超逾三年之徒刑暫緩執行。”

從這個規定我們可以看到，緩刑並不是只要所處刑罰不超逾三年徒刑就會自動適用的機制，它的採用還取決於法律所規定的其他條件，尤其是下列實質要件的是否成立：如果法院在考慮行為人的人格、生活狀況、犯罪前後之行為及犯罪情節等等因素之後認為僅對犯罪事實作出譴責並以監禁作威嚇即可適當及充分地實現刑罰的目的時才能宣告將所通用的徒刑暫緩執行。

正如《刑法典》第 40 條所作的規定，科處刑罰的目的在於保護法益及使行為人重新納入社會，而適用緩刑也正是集中反映在犯罪的預防之上，條件是取決於法院對嫌犯的人格特徵、生活條件以及在犯罪前後的行為和犯罪情節的考量所形成的總體評價。

在實質要件方面，雖然，在衡量法院所處罰的刑罰是否顯示僅對事實作譴責並以監禁作威嚇未能適當及不足以實現處罰的目的的時候，不能不考慮與犯罪的特別預防方面的因素取得平衡，但是，本澳需要提高駕駛的安全意識，并且因駕駛問題而造成的交通道路亂像令社會警號長鳴，因此，在對犯罪的一般預防方面實在有必要提高對因駕駛而實施的犯罪行為的懲罰的要求。

在本案中，上訴人職業為巴士司機，不但具有為了巴士乘客的安全的謹慎駕駛的義務，也有對其他道路使用者的安全的謹慎駕駛的義務，更應該知道在“斑馬綫”必須讓行人先走的法律義務，然而由於上訴人的不謹慎而使得斑馬綫成了受害人的噩夢：年僅 19 歲就要面對 35% 的永久傷殘相伴餘生。因此，即使考慮上訴人一直的良好行為，以及在特別預防上以監禁作威嚇和譴責可能可以令上訴人約束自己日後行為舉止而不再犯罪，我們也可以肯定，給予其緩刑，在一般預防上將會動搖人們對法律的有效性及法律秩序的信心，不利對法律的權威和尊嚴的維

護。

原審法院不適用緩刑的決定沒有任何可質疑的地方，尤其是在直接和口頭原則指引下所進行的庭審而形成對嫌犯的個人人格以及生活條件的總體觀感而得出的非剝奪自由不足以實現懲罰的目的和維護法律秩序的結論，應該予以支持。

上訴人這部分的上訴理由不能成立。

2、附加刑的緩期執行的實用

《道路交通安全法》第 109 條第 1 款規定：

“一、如有可接納的理由，法院可暫緩執行禁止駕駛或吊銷駕駛執照的處罰六個月至兩年。

……”

司法見解一般認同，在《道路交通安全法》第 109 條第 1 款中所指的“可接納的理由”中，尤其應考慮職業司機或以駕駛機動車輛賴以維生的違法人士，一旦實質執行禁止駕駛的附加刑將影響彼等生存、生計的可能性。³

然而，必須強調，以司機作為職業或以駕駛機動車輛賴以維生的情況只是一個考慮是否符合《道路交通安全法》第 109 條第 1 款中所指的“可接納的理由”，而不是批准暫緩執行禁止駕駛的附加刑的強制規定；具體地說，法律並沒有強制規定，在對職業司機或以駕駛機動車輛賴以維生的違法者判處禁止駕駛的附加刑時，必須同時給予暫緩執行的准許。

事實上，上訴人 A 是職業司機此一情節，被上訴的法院已予以證實，然而，在綜合考慮了所有量刑情節後，上訴人在斑馬線前沒有減慢車速甚至停車將被害人撞至重傷，在此，作為職業司機這一情節，反而不能給法院在衡量交通安全的一般預防的要求上提供有利的理由，以適

³ 參見中級法院第 134/2013 號上訴案件於 2013 年 5 月 23 日、第 252/2012 號上訴案件於 2012 年 7 月 26 日、第 390/2011 號上訴案件於 2012 年 7 月 26 日、第 707/2011 號上訴案件於 2012 年 7 月 26 日所作之裁判書。

用《道路交通法》第 109 條第 1 款規定的“緩刑”。

我們承認禁止駕駛肯定會對作為職業司機的上訴人的生計以及作為家庭的經濟支柱的條件帶來影響，但是，這是上訴人違法行為的代價，不應該再次犧牲這個社會賴以維繫的交通安全和其他道路使用者的人身安全。那麼，原審法院，不批准暫緩執行禁止駕駛的附加刑的決定沒有任何的課質疑的地方。

上訴人此部份上訴理由不成立。

3、民事賠償

上訴人在這部分不同意原審法院在確定長期部分無能力 35%的生物損害而產生的工作能力的降低的賠償金額以及對精神損害賠償方面的 100 萬澳門元的賠償金額的決定，認為原審法院所確定的因一次性支付長期部分無能力 35%的賠償的折算率為 80%過高，應該不高於 60%。

由此可見，考慮上述各項因素後，尤其是因屬一次性賠償、計算賠償的年數、受惠的金額及利息的情況，原審法庭定出以 0.8 的折算率作為該賠償的必要扣除屬合理，且沒有下調空間，故應駁回上訴人提出之百分之六十（60%）的折算率。

我們知道，在確定了人體的部分永久傷殘率（IPP）之後，這種被稱之為“生物實質損害”可以獨立得到賠償，甚至從精神損害的賠償法律依據得到賠償的肯定後，放進物質損害賠償一類計算之。這種主張在 2007 年 2 月 8 日在第 9/2006 號上訴案作出了裁判，而終審法院在因此案而對上訴作出審理的時候維持了這種理解，並確認了：“因長期部分或全部無能力而喪失收入能力是可賠償的，即使受害人仍保持受傷前所獲取的薪酬亦然”的司法見解。那麼，民事原告的請求的傷殘的損失部分就應該作為實際的損失得到賠償。

然而，原審法院僅僅是確定因這部分的無能力造成的工作能力的降低作為將來的損失作出賠償，而沒有對長期部分無能力 35%本身的損害做出賠償。那麼，我們很清楚，單純的收入的喪失是一項將來的損失，而收入能力的喪失則是一項受害人有權得到這部分損失的賠償，那麼，這部分

的損失的賠償將是一次性兌現，必需作一個合理的折算比例，因要考慮將來的通脹情況，計算賠償的年數的長短，受惠的金額以及人數不同而有別。因此，我們將根據慣常的做法，考慮各種因素，依《民法典》的 560 條第 6 款的規定的衡平原則，確定一個合適的折算率。⁴

根據事發時受害人的年齡以及受傷的程度，我們認為確定 80% 的折算率沒有明顯的過高，應該予以維持。

因此，上訴人的這部分上訴理由不成立。

最後，我們看看上訴人所提出的精神損害賠償的問題。

《民法典》第 489 條規定，損害賠償的金額，由法院按衡平原則定出，而在任何情況下，均須考慮第 487 條所指的“責任因過失而生者，得按衡平原則以低於所生損害的金額定出損害賠償，只要按行為人的過錯程度、行為人與受害人的經濟狀況及有關事件的其他情況認為此屬合理者”的情況。

也就是說，本案所涉及的是對過失而產生的精神損害賠償或非物質損害賠償金額的訂定，由法官依公平公正原則作出，而法官只能根據每一個案中已證事實及具體情況作出考慮，⁵ 而不可能以其他個案或判決中某個可量化的項目作為衡量精神損害賠償的指標，更不可能存在一計算精神損害賠償的公式。⁶

我們理解，人體以及身心的健康是無價的，法律規定對受害人的精神損害賠償也不過是通過金錢的賠償讓受害人的到一些精神安慰而已，而不能理解為完全的肉體的價值化。

我們也不能不考慮這些年來澳門社會經濟所發生的變化，物質價值的不斷增長，我們沒有理由不讓一個一直高唱人性化、以人為本的管理的社會中的人的身心健康、精神健康的損害的“安慰價值”得到相應的體現。

⁴ 參見 2014 年 4 月 3 日第 293/2010 號上訴案的判決。

⁵ 參見中級法院 2000 年 6 月 15 日第 997 號民事上訴案合議庭裁判。

⁶ 參見中級法院 2005 年 4 月 7 日第 59/2005 號刑事上訴案合議庭裁判。

從上述的民事請求所載已證事實中有關受害人的身體肢體的受傷程度，接受治療的時間、過程，傷殘率及其對其生活的影響程度，當然還包括因過失而產生的責任的相對減輕賠償責任的情況，尤其是行為人的過失的嚴重程度，顯而易見，原審法庭所釐定的精神賠償僅澳門幣 100 萬元沒有明顯偏離衡平原則的規則，我們認為非為誇張，而應該予以維持。

因此，上訴人這部分的上訴理由也是不能成立的。

四、決定

綜上所述，中級法院裁定上訴人的上訴理由全部不成立，維持原判。

本程序的訴訟費用，刑事部分由嫌犯上訴人支付，以及 6 個計算單位的司法費；民事方面由民事被告上訴人支付，以及 4 個計算單位的司法費。

澳門特別行政區，2017 年 12 月 14 日

裁判書製作法官

蔡武彬

第一助審法官

司徒民正

第二助審法官

陳廣勝